



**Tribunal de Contas da União**  
Secretaria-Geral de Controle Externo  
Unidade de Auditoria Especializada em Previdência, Assistência e Trabalho

Ofício 000.010/2024 - AudBenefícios

Brasília-DF, 02/02/2024.

Instituto Nacional do Seguro Social  
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social

Processo: 037.762/2023-0

Tipo do processo: RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

Relator do processo: AROLDO CEDRAZ

Unidade responsável: Unidade de Auditoria Especializada em Previdência, Assistência e Trabalho

**Assunto: Requisição de informações e/ou documentos.**

Senhor Presidente,

1. O Tribunal de Contas da União, com base na Portaria de Fiscalização nº 632 da AudBenefícios, de 8/11/2023, está realizando inspeção no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o objetivo de (a) verificar se os descontos consignados na folha de pagamento relativos a empréstimo e contribuição sindical foram devidamente autorizados pelos titulares dos benefícios e (b) se empréstimos condicionados a contribuições sindicais foram consignados na folha de pagamento e, em caso positivo, analisar a regularidade dessa situação.

2. Para subsidiar o desenvolvimento dos trabalhos, solicito, nos termos dos arts. 42 e 87 da Lei 8.443/92 c/c o art. 245 do Regimento Interno do TCU, sejam encaminhadas à equipe de auditoria na forma indicada no expediente de requisição, até o dia 16 de fevereiro de 2024 (sexta-feira), os seguintes documentos para cada um dos benefícios listados na Tabela 1:

- a) **Termo de filiação** à associação ou entidade de aposentado e/ou pensionista devidamente assinado pelo beneficiário;
- b) **Termo de autorização de desconto de mensalidade associativa** em benefício previdenciário devidamente assinado pelo beneficiário, constando o número do CPF;
- c) **Contrato de crédito consignado** firmado e assinado, se houver.



## Tribunal de Contas da União

*Tabela 1 - Lista de Benefícios que tiveram desconto de mensalidade associativa*

CPF	Número do Benefício	CPF	Número do Benefício
88353605015	1641958046	60866870725	2024929898
05081823791	457368055	77143353868	1773459691
07104530860	1625545930	18820247534	1733683647
59459930778	1907535605	88033317515	1380936206
33018871715	1826733466	18777759087	1410241901
20659067820	1068889621	80601014715	1515886406
83887172868	1063063946	00114004714	1534033588
00870643754	1451455060	99872749787	1366541062
10190465468	1691373521	00399126716	1413405662
50453025668	1349024071	02044636883	1015271852
41076320759	1523392280	76288650706	1481928500
05067917857	5411187423	54139031468	1781116757
80669042749	1574096360	01829682865	1682970652
44366230763	1515873061	03326588801	1691692864

3. Reforço que, **para cada benefício** indicado na Tabela 1 (elaborada conforme dados apresentados pelo INSS no Despacho da Ouvidoria em 10/01/2024, ref.: Processo nº 35014.437471/2023-08, que lista reclamações registradas de descontos indevidos), são solicitados três documentos distintos: a) **Termo de filiação**, b) **Termo de autorização de desconto de mensalidade associativa** e c) **Contrato de crédito consignado**.

4. Em caso de indisponibilidade, inexistência ou dificuldade para obtenção de alguma das informações ou documentos, solicita-se registrar formalmente o fato, no mesmo prazo estabelecido e encaminhar à equipe de auditoria na forma indicada.

5. Por oportuno, solicito especial atenção às informações complementares que acompanham este ofício, bem assim para a necessidade de utilizar – para resposta a comunicações e envio de documentos – os serviços da plataforma Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico, disponíveis no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)), endereço em que também é possível acessar os autos do processo.

6. Por fim, esclarecimentos adicionais quanto à presente requisição de informações podem ser obtidos com os auditores Pietro de Oliveira Costa ( [pietrocosta@tcu.gov.br](mailto:pietrocosta@tcu.gov.br) ) e Marcos Vinícius Gonçalves Nihari ( [goncalvesn@tcu.gov.br](mailto:goncalvesn@tcu.gov.br) ). Eventuais pedidos de esclarecimento devem ser enviados com cópia para o e-mail da Unidade de Auditoria Especializada em Previdência, Assistência e Trabalho (AudBenefícios): [AudBeneficios@tcu.gov.br](mailto:AudBeneficios@tcu.gov.br).

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente*

**Pietro de Oliveira Costa**

Auditor Federal de Controle Externo – mat. 8264-3

Coordenador da Inspeção



## **Tribunal de Contas da União**

### **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 1) O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.
- 2) O envio de documentos e informações deve observar as seguintes orientações:
  - a) indicar, com destaque, o número do processo e deste ofício;
  - b) utilizar dos serviços da plataforma digital Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico disponíveis no Portal TCU.
- 3) A informação classificada na origem com restrição de acesso deve ser acompanhada dos seguintes elementos, consoante a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), caso contrário será considerada de acesso público pelo Tribunal:
  - a) indicação objetiva da hipótese de restrição de acesso: informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado; informação com sigilo atribuído por legislação específica; informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
  - b) na hipótese de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, indicar:
    - b.1) o grau de sigilo da classificação (reservado, secreto ou ultrassecreto);
    - b.2) o fundamento legal da classificação;
    - b.3) o prazo de restrição de acesso ou o evento que defina o termo final;
    - b.4) o assunto sobre o qual versa a informação.
  - c) na hipótese de informação com sigilo atribuído por legislação específica, indicar o fundamento legal da classificação;
  - d) na hipótese de informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, indicar o prazo de restrição de acesso e a pessoa a que se refere.